

CONTRIBUIÇÕES DE ZYGMUNT BAUMAN PARA A FORMAÇÃO DE UM ÉTICA CONTEMPORÂNEA

Marcelo Gonçalves¹

RESUMO: A contemporaneidade é um período marcado pela busca constante por certeza, segurança e garantia; todavia, isso é impossível, gerando uma ansiedade subjetiva constante. Bauman (1925-2017) faz uma leitura do século XX, no sentido de que a modernidade é um período marcado pelo anseio intermitente por pureza. Esse discurso acabou por legitimar tragédias contemporâneas, como o holocausto, e contaminou discurso ético da modernidade. Assim, através do método-hipotético dedutivo partir-se-á da premissa de que a contemporaneidade demanda um princípio ético mais adequado à realidade, para então propor-se uma alternativa a esse cenário. A primeira seção será voltada a estabelecer uma leitura da contemporaneidade. A segunda tentará expor como Bauman propõe solucionar os problemas, e até onde é possível realmente apresentar uma cláusula resolutive. A ideia central é, ao invés de construir uma ética baseada em regras, talvez tenha chegado o momento de focar-se numa ética de reconhecimento e libertação.

Palavras-chave: Contemporaneidade. Ética. Modernidade.

ABSTRACT: Contemporaneity is a period marked by the search for certainty, security and guarantee; however, it's impossible, generating constant subjective anxiety. Bauman (1925-2017) makes a reading of the 20th century that modernity is a period of search for purity. This discourse ended up legitimizing contemporary tragedies, such as the holocaust, and contaminated the ethical discourse of modernity. Thus, through the hypothetical deductive method, it will start from the premise that contemporaneity demands an ethical principle that is more appropriate to reality, so that an alternative to this scenario can be proposed. The first section will focus on establishing a reading of contemporary times. The second will try to explain how Bauman proposes to solve the problems, and the extent to which it is really possible to present a resolution clause. The central idea is, instead of building an ethics based on rules, perhaps the time has come to focus on an ethics of recognition and liberation.

Key-words: Contemporaneity. Ethic. Modernity.

INTRODUÇÃO

O debate em torno da ética da contemporaneidade é muito profícuo e fértil, não somente do ponto de vista filosófico, mas com a sociologia ingressando no tema, dando novas contribuições. Zygmunt Bauman (1925-2017), usando de suas metáforas, participou em toda a discussão da formação de um princípio ético, para o que denominou ser

¹ Advogado, inscrito na OAB/RS sob nº 103.166. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Passo Fundo, no ano de 2015. Especialista em Advocacia Criminal pela Universidade de Passo Fundo - ano de obtenção: 2017. Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade de Passo Fundo, linha de pesquisa "Relações Sociais e Dimensões do Poder" - ano de obtenção: 2020. E-mail: 120084@upf.br

modernidade líquida. A discussão ética sempre foi relevante por si, porquanto a ação humana é regida pela ética, desde que Kant sugeriu o Imperativo Categórico, até a ética do discurso de Habermas, o agir humano é o foco. A história é um encadeamento de atos humanos, registrados e definidos por humanos, logo, a ética está em todas os eventos da humanidade. A necessidade de um paradigma ético melhor estabelecido é acentuado na contemporaneidade, diante da crise do Estado atual. Isso porque, como Bauman mesmo denuncia em uma de suas obras mais recentes, “Estado de Crise”, os governos contemporâneos não conseguiram cumprir com as promessas da modernidade e agora estão em declínio, por consequência de suas próprias deficiências.

Assim, um paradigma comportamental, externo ao indivíduo, mas que não exija a presença de uma autoridade coatora superior é indispensável para o progresso da humanidade. Dessa maneira, as leituras da contemporaneidade, propostas por Bauman, pode ser muito úteis para identificar o problema, e conseqüentemente tentar encontrar uma solução. Esse artigo foi escrito durante o descanso compulsório imposto pelas medidas de isolamento social, para o enfrentamento do COVID-19 (pandemia de CORONAVÍRUS). Logo, embora não se faça menção a autores que estudam a pandemia, porque tudo muito recente, será percebida a influência no texto, pelo cenário de crise, causado por um vetor de aumento de desigualdade social.

Portanto, através do método hipotético-dedutivo, partir-se-á da premissa de que a contemporaneidade demanda um princípio ético mais adequado à realidade atual, conforme interpretada por Bauman, para então propor-se uma alternativa, focada, também, na realidade latino-americana. A primeira seção será voltada a estabelecer uma leitura da contemporaneidade, dentro da proposta de Bauman, desde antes da metáfora da modernidade líquida. A segunda seção tentará expor como Bauman propõe solucionar os problemas, e até onde é possível realmente apresentar uma cláusula resolutive. Por derradeiro, uma nota explicativa introdutória sobre o pensamento de Bauman. O autor possui uma produção acadêmica muito intensa, e que passou por várias fases; dessa forma, até a consolidação do conceito de modernidade líquida, Bauman flertou com expressões como modernidade e pós-modernidade. Nesse sentido, é esclarecido que o uso dessas palavras é nos limites das propostas do autor, e não devem ser encaradas como uma tentativa de sintetizar o conceito de uma época, ou um lapso de tempo relevante para a ciência. A ideia central é, ao invés de construir uma ética baseada em regras e premissas

limitadoras, talvez tenha chegado o momento de focar-se numa ética de reconhecimento e libertação. A crise da ética está diretamente vinculada à crise da autoridade coatora legítima para controle das regras, logo, o necessário é reduzir a dependência dessas instituições, e voltar-se para uma ética do sujeito.

A PUREZA DA CONTEMPORANEIDADE

Um grande marco do pensamento contemporâneo foi estabelecido por Freud (2010), em seu texto intitulado “O Mal-estar na Civilização”. Publicado, pela primeira vez em alemão, nos idos anos 1930, o psicanalista faz uma leitura da sociedade da época, que irá reger grande parte do pensamento sociológico atual. O que Freud (2010) identifica é que o ser humano cria subterfúgios que o ajudam a “sobreviver à vida”, que vão desde frases de autoajuda, conceitos pós-modernos de qualidade de vida, até o uso de drogas, lícitas ou ilícitas. Tudo feito com o objetivo de reduzir o desespero de encontrar um propósito para a vida humana. Acontece um fenômeno de tentativa de controle das externalidades para garantir uma busca pela felicidade, que é travestida, na realidade, com a redução de sofrimentos mundanos, de forma ilusiva ou não. A marca do contexto exposto por Freud é esse cenário de negação e superação da realidade (única verdadeira inimiga), sem solução, ou seja, tentativas de evitar o sofrimento e buscar a felicidade.

Freud (2010) identifica três fontes do sofrimento social: i) o poder superior da natureza; ii) a fragilidade de nossos próprios corpos; iii) a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade. A terceira fonte de sofrimento social que alimenta grandes debates sociológicos contemporâneos. Zygmunt Bauman se apropria das ideias de Freud, e as parafraseia na obra que intitulou o “O Mal-Estar na Pós-Modernidade”, em que o autor vai referir quem um dos maiores anseios dos tempos atuais é uma busca incessante por pureza:

[...] As utopias modernas diferiam em muitas de suas pormenorizadas prescrições, mas todas elas concordavam em que o “mundo perfeito” seria um que permanecesse sempre idêntico a si mesmo, um mundo em que a sabedoria hoje aprendida permaneceria sábia amanhã e depois de amanhã, e em que as habilidades adquiridas pela vida conservariam sua utilidade para sempre. O mundo retratado nas utopias era também, pelo que se

esperava, um mundo transparente – em que nada de obscuro ou impenetrável se colocava no caminho do olhar; um mundo estragasse a harmonia; nada “fora do lugar”; um mundo sem “sujeira”; um mundo sem estranhos. (1998, p. 21).

Assim, o que Bauman ainda denominava como “pós-modernidade” é marcado por uma busca constante de ordem, e ordem marca a inexistência de elementos estranhos ou diferentes, ou seja, uma constância absoluta e perene. Essa meta de purificação gera uma tendência à categorização, e a formação de categorias causa, conseqüentemente, exclusão. Foi nesse sentido que Bauman (2012, p. 124) refere que o Holocausto (genocídio do povo Judeu, e outras minorias, promovido pelo Regime Nazista, na Segunda Guerra Mundial) é um subproduto do anseio purificador da modernidade. Com efeito, o Regime Nazista almejava a criação da ordem, e de uma sociedade sem “estranhos”, os quais estabeleceram que o inimigo seria o povo Judeu. O Estado Moderno, segundo Bauman (2012a), seria um Estado Jardineiro, preocupado em cultivar as melhores flores, a fim de manter uma paisagem bela e simétrica. Isso se traveste na formação de uma realidade que não admite desordem, e qualquer sujeito que não se encaixe, ou quebre o fluxo simétrico dessa sociedade, deverá ser extirpado como se fosse uma erva daninha.

Todavia, “[...] quanto maior o esforço de ordenação, maior a produção de ambigüidades [...]” (CASADEI, 2011, p. 5). Assim, com o apego à racionalidade, um dos elementos fundadores da modernidade (BAUMAN, 1997), algumas amarras morais foram libertadas, e o relaxamento desses paradigmas éticos, criou um terreno fértil para o genocídio (BAUMAN, 2012a, p. 58). Nesse aspecto, é importante destacar que Bauman, em “Modernidade e Holocausto” e “Modernidade e Ambivalência”, faz muitas alusões ao estudo de Hannah Arendt, promovido através da cobertura do julgamento do Nazista Adolf Eichmann, após a Segunda Guerra Mundial. Hannah Arendt (1999), com certo sentimento de revolta, relata em Eichmann um homem que pode ser considerado ético, para os padrões Kantianos, porquanto ele obedecia, passivamente, as ordens de um regime brutal como o Nazista. O que Hannah Arendt percebeu era que os assassinos nazistas eram bons homens, pais da família, que chegavam em casa, beijavam suas esposas, e perguntavam aos seus filhos o que aprenderam na escola naquela dia. Homens normais, mas que enquanto trabalhavam para o regime, tornavam-se impiedosos assassinos passivos à ordem estabelecida.

Em síntese, dentro do contexto da Alemanha Nazista, a conduta de Eichmann poderia ser universalmente aceita, pois incluído em um imperativo categórico estabelecido por uma ordem que ostentava legitimidade, como o regime. Em Bauman, é passível de perceber que foi a modernidade que preparou o terreno no qual germinou os genocídios que marcaram o século XX².

O medo é uma marca da modernidade conforme lida por Bauman. O medo está presente na humanidade desde o princípio, com o medo da noite, do fogo, dos animais, entre outros. Diante disso, a segurança se torna a base de formação da sociedade humana, como bem assenta Jean Delumeau (2009, p. 23): “[...] A necessidade de segurança é, portanto, fundamental; está na base da afetividade e da moral humanas. A insegurança é símbolo de morte, e a segurança é símbolo de vida. [...]”. O medo, ainda conforme Jean Delumeau (2009) é uma questão basilar na humanidade, pois as comunidades foram formadas com o objetivo de uns aos outros se protegerem, contra ameaças externas. Acontece que, ao mesmo tempo em que a contemporaneidade abandonou velhos medos, o conhecimento científico e a ultrapassagem de fronteiras desconhecidas, trouxeram novos e surpreendentes medos. O homem do século V, nunca temeu uma catástrofe nuclear, como a humanidade do século XXI teme, pelo simples motivo que não sabia o potencial enérgico da partícula atômica. Segundo Zygmunt Bauman:

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; quando nos assombra sem que haja uma explicação visível, quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrado em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos a *incerteza*: nossa *ignorância* da ameaça e do que deve ser *feito* – do que pode e do que não pode – para fazê-la para ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance. (2008, p. 8).

Bauman (2000, p. 13) refere que um dos mais sinistros e doloridos problemas contemporâneos pode ser sintetizado pela expressão alemã *Unsicherheit*, que funde a

² Aqui cabe um importante aparte: Bauman usa os exemplos do Nazismo e do Holocausto, por sua herança judia que o transforma em uma vítima deles; porém, a modernidade não teria criado somente o holocausto, mas a perseguição aos ciganos, na Romênia; o genocídio de Ruanda; o racismo estadounidense; a perseguição indígena latino-americana, entre outros. O anseio de purificação da modernidade revelou a sua pior face no holocausto, entretanto, isso não significa que seja a sua única face.

trinca dos medos atuais: incerteza, insegurança e falta de garantia. Cada vértice representa um ponto que permeia o medo e o risco. O *Sicherheit* representa, portanto, segurança, certeza e garantia. A segurança é vinculada a uma ideia de confiança, configurada pela manutenção de que o que você possui, será mantido em seu poder. A certeza é ter discernimento entre o razoável e o tolo, ou seja, ter conhecimento o suficiente para tomar as decisões corretas. Por fim, a garantia é no sentido de que se a conduta for de certa maneira, o resultado está salvaguardado, como uma certeza matemática (BAUMAN, 2000, p. 25).

Esses três elementos geram autoconfiança difusa na comunidade, e a ausência, ou carência, de um deles, dissipa essa autoconfiança e faz com que a sociedade busque bodes expiatórios, como o terrorismo ou a violência urbana (BAUMAN, 2000, p. 25). O *Unsicherheit* gera uma vida insegura, visto que todos os indivíduos compartilham anseios e angústias (BAUMAN, 2000, p. 31), hoje não é um indivíduo que possui medo e insegurança, todos estão na mesma situação. Aqui pode ser constatada, talvez, uma quebra da proposta Freudiana do mal-estar da civilização. Ao invés da busca pela felicidade, o objetivo transformou-se na perseguição pela autopreservação e sobrevivência (BAUMAN, 2011, p. 75). Isso passa por cumprir a promessa de purificação da modernidade, e surge o combate a tudo que impõe desordem à ordem.

Dessa maneira, Bauman cunha o conceito de “estranhos” (BAUMAN, 2012a, p. 85), que é um ser que lhe é negado reconhecimento. O estranho é privado de autocomplacência, é excluído da realidade em que está, porque a ela não pertence, assim, nada lhe é inerente. O exemplo contemporâneo dessa figura é o imigrante, que vem de terras longínquas buscar um vida melhor, mas dessa forma atrapalha a ordem estabelecida no local de destino. O “estranho”, por não receber acolhida, permanecerá à margem da sociedade, como um inadequado, porque não poderá participar ativamente da sociedade. Hoje, isso é acrescido de um aspecto novo, a importância do consumo, para o encaixe. A sociedade de consumidores é a sociedade do veloz e da compra. O produto não tem uma serventia, mas uma mensagem (o mais belo; o mais moderno; o conservador; o liberal; etc.), as marcas significam algo além dos que os produtos vendidos.

Assim, surge um medo novo, que é o da inadequação (BAUMAN, 2008, p. 70), e o consumo assume uma dimensão de reconhecimento (BAUMAN, 2005, p. 43). O “estranho”, por jamais ser assimilado na comunidade, não conseguirá ter acesso aos meios

necessários para se tornar um consumidor, e dessa maneira adequar-se, criando um mecanismo de exclusão muito sutil, quase imperceptível, que somente será visualizável, quando desaguar na desigualdade social. Quem não é “estranho”, tem medo de não conseguir mais consumir e tornar-se um “estranho”. Diante disso, o Estado se torna um dos protagonistas de transformar os cidadãos em consumidores, na qual o indivíduo ideal é o cliente insatisfeito, mas sem reclamações, ou seja, que está sempre querendo mais, porém gosta dessa realidade.

Por isso que Bauman refere que o genocídio contemporâneo é diferente (2012, p. 132). Atualmente não se flagram câmaras de gás, e pessoas sendo conduzidas até elas para um destino fatal. Segundo Bauman “[...] O genocídio moderno é um elemento de engenharia social, que visa a produzir uma ordem social conforme um projeto de sociedade perfeita.” (2012, p. 132). Nesse ponto, que entra a importância da releitura de um conceito ético em Bauman, e na contemporaneidade. Os mecanismos de exclusão, e limpeza social, são muito mais sutis do que os regimes totalitários do século XX promoveram. Isso porque, apesar de algumas nações declararem guerra a alguma etnia, outra nação, ou figuras fabricadas, como o imigrante, o grande terror é a incerteza. A segura rede de vigilância comunitária, estabelecida após milhares de anos de processo civilizatório foi rompida, e o medo do desconhecido foi fragmentado. Ninguém é o responsável pela destruição dessa malha, ela cedeu à pressão de cadeias de interações humanas, e dos indivíduos “desembaraçados”, que não foram passíveis de controle (BAUMAN, 2011, p. 102). Mas o Estado moderno era/é ganancioso, e buscou interferir em todos os aspectos da vida humana, a fim de estabelecer um controle sobre o incontrolável. E assim surgiu o Estado inspirado no jardineiro (BAUMAN, 2016, p. 20). Então, constata Bauman que:

O espectro da incerteza, portanto, é exorcizado pelo disciplinamento. A certeza é restaurada por forças externas ao indivíduo – a partir de fora. Em última análise, a cura moderna para a incerteza resumiu-se a encurtar o domínio da escolha. Não o campo de escolha teórico e abstrato que a modernidade manteve crescente, ampliando o volume de ansiedade e medo; mas um campo prático, pragmaticamente sensível, um campo de escolhas “realistas” e não muito custosas – e é provável que o reino das escolhas seja visto como “o melhor para” quem faz a escolha, portanto, o mais provável de ser escolhido. (Bentham novamente: “Se um homem não trabalha, ele nada tem para fazer da manhã à noite senão comer seu péssimo pão e tomar sua água, sem uma alma com quem falar.” Os campos de escolha teóricos são, para os internos de um panóptico, tão amplos quanto para qualquer um, mas o campo prático se encolhe diante da

escolha entre uma ociosidade idiotizante e maltrapilha e um trabalho idiotizante e maltrapilhadamente remunerado. Assim, este último é mais suscetível de escolha, e a certeza reina mais uma vez – ou quase.). (BAUMAN, 2011, p. 102).

Em todas as épocas da humanidade, sempre houve três razões para se ter medo: a ignorância, que é não saber o futuro; a impotência, caracterizada pela suspeita que não há nada a ser feito; a humilhação, que é a derivação das demais razões, na ameaça apavorante a nossa autoestima e autoconfiança, quando é percebido que não se faz tudo ao seu alcance para impedir os infortúnios, e que a própria desatenção aos sinais, a procrastinação, preguiça ou desinteresse, são em grande parte responsáveis pela devastação causada pelo infortúnio (BAUMAN, 2014, p. 118). A sociedade pura é a sociedade livre de incertezas. A purificação passa pela categorização do “impuro”, a fim de ser exterminado. Isso contamina o discurso político, pois a incerteza e a vulnerabilidade humana são os alicerces do poder político. O Estado prometeu proteger seus súditos, e isso é trocado por capital eleitoral (BAUMAN, 2012b, 70).

Os “estranhos” são um excelente inimigo para a sociedade e para os governos. Isso porque, eles são indetermináveis, constantes, e completamente imprevisíveis; e, por estarem em uma realidade excludente, não participam do processo político (BAUMAN, 2012b, p. 80). Por isso, que Bauman (2017, p. 13) percebe que os governos não estão focando na redução do problema das migrações, mas na reprodução intermitente dos medos e ansiedade contemporâneos, porque gera capital político. Assim, depara-se com o grande problema da ética da modernidade. A realidade contemporânea é e deve ser “bifacetada” com relação ao uso de força, coerção, violência. A modernidade vangloria-se do “processo civilizador”, como um meio de tornar gentil o grosseiro, benigno o cruel, requintado o bárbaro. Todavia, esse processo esconde que isso é alcançado por meio da coerção, pois o “[...] processo civilizador não consiste na extirpação, mas na redistribuição da violência.” (BAUMAN, 2011, p. 132). O processo de redistribuição da violência é cumprido pelo Estado, o detentor da violência legítima. A esse processo que a ética deve atentar.

A FORMAÇÃO DE UMA ÉTICA LIBERTADORA

O Estado, por ser o detentor da violência legítima, avocou para si a atribuição de impor regras à sociedade, dentro da conduta do Jardineiro. Primeiro, porque a modernidade exigiu isso dele; segundo, pelo fato de que o Estado Jardineiro gera capital eleitoral, que é útil para a manutenção do poder. A ambição era fabricar, de forma artificial, pois não era presumível que a natureza fizesse, uma ordem pura e livre de incerteza. O Estado moderno era um planejador, capaz de apresentar a diferença entre a ordem e o caos, o próprio do impróprio, legitimar um padrão. Assim, o Estado imporia ordem e igualdade a todos os seus súditos, através da Lei, e desautorizaria qualquer subversão (BAUMAN, 2012a, p. 115).

Ao contrário do passado, em que várias instituições cumpriam o dever disciplinador, era necessário um novo agente para exercer o poder. O controle disciplinar não poderia, portanto, ser banal, como no passado. Agora, ele é visível, um problema a ser cuidado, e gerenciado. Assim, era necessário um agente mais poderoso: o Estado (BAUMAN, 2011, p. 66). Todavia, esse mesmo Estado não conseguiu manter a si mesmo. O liberalismo trouxe o Estado para dentro da economia, e submeteu o poder político a sua lógica baseada em lucro. Dessa forma, as funções sociais do Estado foram submetidas ao cálculo econômico. Assim, o Estado de crise é mantido por dois elementos: a incapacidade dele de tomar decisões concretas na economia e, por consequência, a precariedade da prestação dos serviços sociais (BAUMAN, 2016a, p. 28). Bauman conclui que: “[...] Nessa etapa, o Estado em crise, em vez de ser um provedor e garantidor do bem-estar público, tornou-se “um parasita” da população, preocupado apenas com a própria sobrevivência, exigindo cada vez mais e dando cada vez menos em troca.” (BAUMAN, 2016a, p. 28). O parasita é o estímulo ao consumo desenfreado, tornando as pessoas mercadorias do próprio sistema. O Estado cede à lógica do mercado e do consumo. Assim, o poder legítimo estabelecido pelo Estado é deturpado, e o Estado social fragilizado, como percebe Bauman:

Essa fórmula de poder político hoje está ficando no passado. Instituições do “Estado de bem-estar social” são aos poucos desmanteladas e eliminadas, enquanto restrições antes impostas às atividades comerciais e ao livre jogo da competição de mercado e suas terríveis consequências são removidas uma a uma. As funções protetoras do Estado são reduzidas para abarcar uma pequena minoria composta de pessoas inválidas e incapazes de obter emprego, embora mesmo essa minoria tenda a ser reclassificada: se antes eram “questão de proteção social”, agora são “questão de lei e ordem”; a incapacidade de participar do jogo do mercado tende a ser cada vez mais

criminalizada. O Estado lava de suas mãos a vulnerabilidade e a incerteza que surgem da lógica (ou ilógica) do livre mercado, redefinindo-as como falhas e questões de âmbito privado, assunto que os indivíduos devem tratar e resolver com os recursos de que privadamente dispõem. (2012b, p. 155).

Segundo Paulo Fernando da Silva (2013, p. 65-66), a ética moderna é a ética dos códigos da legalidade. Nesse sentido, o autor refere que Bauman indica que a fundamentação racional de uma ética, que legitima necessidade de um ente superior aos sujeitos, objetos dessa ética, lentamente levou esses sujeitos a se desfazerem de uma iniciativa autônoma, e logo confrontar-se com uma liberdade estreita para decidir sobre coisas do cotidiano. O fracasso do Estado contemporâneo acentua esse declínio do fundamento ético baseado em um elemento externo ao sujeito, dependente de uma autoridade coatora superior.

Dessa forma, o culto da racionalidade ética da escolha e da conduta é, em si, uma escolha, uma opção entre dar preferência à ordem sobre a confusão, à segurança sobre a surpresa, à constância de resultados sobre a sucessão aleatória de perdas e ganhos (BAUMAN, 2012a, p. 235). Todavia, o uso da classificação que a humanidade lançou mão para concretizar sua autonomia, através do conhecimento e do controle da ordem e da realidade, cria um novo mal-estar: a ambivalência, a indeterminação, a indecisão, a imprevisibilidade, o acaso, o irracional. Isso porque, classificar, impor ordem, sobrepor, também é excluir. Porém a força não está na divisão, mas no controle das partes divididas (DYMETMAN, 2003, p. 4). Todavia, retomando Bauman (2012a, p. 235), a racionalidade ética também se responsabilizaria pelo fim das ambiguidades, restringindo as escolhas a opções pré-estabelecidas. Assim, criar-se-ia uma realidade que não admitiria decisões erradas ou imprevisíveis, mantendo a ordem e a constância natural.

Dessa forma, a liberdade permanece tão truncada como sempre. No dia-a-dia pós-moderno, a liberdade é sintetizada na opção de consumo. Antes de qualquer coisa, é preciso ser consumidor para desfrutá-la. A modernidade criou uma massa enorme de pessoas inúteis, supérfluas, que podem ser descartadas por não se adequarem a ordem, e essas não conseguiriam ser livres (FERREIRA, 2019, p. 105). Mesmo assim, há coisas que o dinheiro não compra, como o fim do aquecimento global, então, mesmo com todo o dinheiro, por consequência, liberdade do mundo, o ser humano não consegue de tudo se

libertar (BAUMAN, 2012a, p. 289). O receio de que o Estado Jardineiro promovesse novos absurdos levou a um novo debate em torno da autonomia individual e liberdade (SANTOS; SILVA, 2012, p. 49). A necessidade de uma sociedade totalmente pura, de uma boa sociedade, é uma invenção integralmente moderna, e o aspecto mais nocivo do discurso contemporâneo é a falsa impressão de que através do consumo, todos os problemas podem ser resolvidos, já que através desse processo é possível criar categorias, e afastar os “refugos humanos” (BAUMAN, 2012c, p. 77).

Consumidores dependem do mercado para enfrentar problemas sociais ordinários, que na realidade não precisariam consumir, pois suas habilidades sociais seriam suficientes, para tanto. O consumo gera uma sensação de autorrealização, que cria certeza e alimenta a autoconfiança, razão pela qual acabam se sobrepondo as capacidades individuais de lidar com problemas sociais comuns (BAUMAN, 2012d, p. 224). Todavia, Bauman constata que:

A “tragédia” da sociedade de consumo é que ela não pode reproduzir-se sem reproduzir as desigualdades num nível sempre crescente e sem insistir que todos os “problemas sociais” devem ser traduzidos em necessidades individuais através do consumo individual de mercadorias comercializáveis; ao fazê-lo, ela gera diariamente os seus próprios deficientes, cujas necessidades não podem ser satisfeitas através do mercado, os quais, por consequência, minam a própria condição da sua reprodução. De uma maneira verdadeiramente dialética, a sociedade de consumo não pode curar os males que engendra, a não ser levando-os ao seu próprio túmulo. (2012d, p. 250).

Assim, a contemporaneidade não consegue parar de gerar cada vez mais e mais ambivalência. Por isso que o Estado Jardineiro abandonou a violência deliberada, através do genocídio. O constante descompasso entre o “eu quero” e o “eu posso”, e o excesso de carências para satisfazê-las, está se tornando o princípio guia do estabelecimento social de todos os seus níveis analíticos, segundo Bauman (2012e, p. 69): formação identitária, integração social e reprodução sistêmica. A sociedade consumista e desregulamentada já cumpre o papel reprodutor de ambivalência e exclusão. A ambivalência denota o caráter fragmentário da vida, é a incerteza que vem das percepções sobre o que é – ou futuramente seja – razoável ou irrazoável. As consequências não antecipáveis mostram que é necessária uma ponderação sobre aspectos “dicotômicos” da vida. A ambivalência, portanto, expõe a

ausência de uma resposta pronta, infalíveis, para que angústias e tormentos sejam eliminados e se retorne a segurança das previsões dos especialistas (AQUINO, 2011, p. 42). A ética da Modernidade tudo explica, tudo prevê, tudo controla. Existe uma tentativa de homogeneização de condutas, que despreza o tempo, espaço e cultura. Essas estruturas destinam-se a salvaguarda de todos os medos e angústias, mas cria outros novos, em que todos se tornam reféns. O princípio ético é ambivalente, porque sua base é ambivalente, e essa seria a moral contemporânea (AQUINO, 2011, 40). Dessa maneira, segundo Aquino:

O edifício da Ética proposto pela Modernidade elabora cada alicerce a partir daquilo que as suas autoridades prescrevem como verdades. O poder desses peritos é legislativo e judiciário ao mesmo tempo. As condutas humanas serão julgadas como aptas ou não conforme a previsão da norma ética. Os mencionados especialistas – reitera-se – são capazes de tornar universais as condutas éticas porque dispõem de um conhecimento no qual a pessoa comum não tem. O homem da vida de todos os dias não tem capacidade intelectual para orientar suas próprias ações. Não conhece o “bom” para disseminar o “bem”. (2011, p. 38).

Portanto, acaba por ser deslumbrada uma necessidade da existência de uma autoridade coatora que imponha regras éticas. O mundo moral, portanto, precisa ser regular e ordenado, sem eventos aleatórios, e com um elevado grau de certeza. Pessoas morais não podem ser vítimas de impulsos irregulares; elas devem ser guiadas, por uma rede coerente e sistemática, por leis regras, normas, e princípios, claros sobre normas de conduta (BAUMAN, 2011, p. 242). A lei, portanto, admite um papel fundacional no agir ético, haja vista que existirá um código. Logo, “tornar-se” moral, é o equivalente a aprender, memorizar e seguir as regras (BAUMAN, 2011, p. 242). Dessa forma que Bauman percebe que:

A modernidade fez aparecerem duas grandes instituições voltadas para atingir esse objetivo, ou seja, para garantir a prevalência da moralidade por meio da obediência a regras. Uma delas foi a burocracia; a outra, os negócios. As duas diferem em muitos aspectos e muitas vezes estão em conflito, mas concordam em uma coisa completamente essencial: ambas estão empenhadas na erradicação das emoções ou pelo menos em mantê-las fora dos limites. Uma vez que são inimigas do afeto, têm sido saudadas desde o início como encarnações da racionalidade e como instrumentos de racionalização. Elas se dedicaram a alcançar um mesmo efeito, mas cada qual à sua própria maneira. (BAUMAN, 2011, p. 242).

O Estado é o detentor da burocracia. Com a fundamentação da sociedade contemporânea no consumo, o mercado mantém sua fatia de controle. Contudo, a vida moral é de uma incerteza absurda. A tentativa moderna de controle absoluto fracassou e culminou num excesso de regras condicionamentos baseados em moralidade heterônoma, negando a autonomia do sujeito (SILVA, 2013, p. 94). Nesse sentido, que Paulo Fernandes da Silva, conclui pela necessidade de uma nova leitura ética:

Passamos pelo amargo formato de uma moralidade provinda da coerção legalista dos Estados. Estar ciente da descrença nessa possibilidade de encontrar um código ético do ser humano é o que caracteriza o pensamento ético na pós-modernidade. No pensamento de Bauman fica claro que uma ética segundo a proposta inicial da modernidade não responde às questões que em nosso tempo são apresentadas. O ser humano, bem como a moralidade, são ambivalentes, não passíveis de codificação, a não ser em questões menos importante. Pois toda decisão existencialmente profunda demanda ambiguidades, incertezas, e não há entre os seres humanos, isto é, na sociedade, alguma instituição que possa ser referência inabalável e perfeita para a codificação das ações morais e, conseqüentemente, aceitas pelas pessoas sem algum questionamento ou incerteza. [...] Muito foi feito e em muitas coisas essa tentativa ajudou a avançar; por exemplo: direitos humanos, liberdade dos membros do Estado-nação e, justiça social são grandes legados da modernidade. Assim, a ética precisa ser tratada de maneira nova, sem apelar aos códigos morais/éticos ou invocar a toda prova uma autoridade. (2013, p. 86-87).

Na realidade, a contemporaneidade ainda está falhando no estabelecimento de um princípio ético adequado ao seu tempo. Muito porque, o processo de dominação, que a ética devia inibir, anda extremamente sutil, e quase despercebido. É mais fácil de notar a quebra de um princípio ético no Nazismo, do que em situações do dia a dia. Segundo Bauman, um relacionamento humano é moral, quando há um sentimento de responsabilidade no indivíduo, focado no bem-estar e a felicidade do “outro”. Sem medo de punição ou do “estranho”, sem egoísmo. É a percepção de que outro indivíduo é tão merecedor de uma vida plena e feliz, quanto você mesmo, pelo simples fato de ser um “humano”. Daí que então, o Estado pode sair de cena, porque o elemento fundacional da ética torna-se a própria existência (BAUMAN, 2010, p. 50). Ao Estado ficam várias outras funções, ele não precisa deixar de existir. Licitações, máquina administrativa, regras contratuais, entre outras questões legais, devem ser mantidas, mas a conduta diária do

indivíduo tem de ser regida por um sentimento de responsabilidade pelo outro. Assim ensina Bauman, em “Modernidade e Holocausto”:

A responsabilidade, esse tijolo constitutivo de todo comportamento moral, surge da proximidade do outro. Proximidade significa responsabilidade e responsabilidade é proximidade. A discussão da prioridade relativa de uma ou de outra é reconhecidamente gratuita, pois nenhuma é concebível sozinha. O isolamento da responsabilidade e, assim, a neutralização do impulso moral que a acompanha deve necessariamente envolver (é, de fato, sinônimo de) um reposicionamento da proximidade com separação física ou espiritual. A alternativa da proximidade é a distância social. O atributo moral da proximidade é a responsabilidade; o atributo moral da distância social é a ausência de relacionamento moral ou heterofobia. A responsabilidade é silenciada uma vez desgastada a proximidade; pode eventualmente ser substituída pelo ressentimento, uma vez o cossujeito humano seja transformado num Outro. O processo de transformação é de separação social. Foi tal separação que tornou possível que milhares matassem e milhões assistissem o assassinato sem protestar. Foram as conquistas tecnológica e burocrática da moderna sociedade racional que tornaram possível tal separação. (BAUMAN, 2012, p. 255).

A realidade contemporânea é de uma dominação sutil e legítima. Aqui não pode ser lido como se existisse algum grupo de pessoas condenando o destino do mundo. Trata-se de uma lógica que, por exemplo, transforma em herói o motorista de ônibus apenas no discurso, mas não coloca em prática aumentando salários e direitos trabalhistas. É o discurso que diz que tem se agradecer ao emprego que coloca comida na mesa, mas reclamar das jornadas exaustivas, e falta de expectativa, é demonstrar ingratidão. Esses são apenas alguns exemplos, mas existem outros mais gritantes, como a exclusão dos imigrantes, ou a tensão racial nos Estados Unidos da América do Norte, que ainda tem muitos desafios pela frente. No contexto latino-americano é percebida a situação indígena e dos pobres, não importando a etnia. Por isso que, talvez, a leitura de Dussel, e sua “Ética da Libertação”, pode ser uma alternativa.

Dussel (2000) defende uma ética crítica, que opera da perspectiva da vítima-dominado, e deve entrar em ação quando esse é oprimido. Segundo o autor, a ética decide-se no mostrar e normatizar o encaixe com do sistema formal não intencional com a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, de cada sujeito ético, com a participação discursiva (DUSSEL, 2000, p. 536). Percebe-se, então, que Dussel enxerga a ética de forma semelhante à Bauman, como uma forma de reprodução e manutenção de uma ordem. A consequência dessa ideia é sofrida por aqueles que não entram na ordem.

Os sujeitos que, por alguma razão ficam excluídos do processo decisório, ficam reféns do grupo que mantém o poder. Dessa maneira, a realidade excludente é mantida constantemente, sem saída.

A ética, nesse momento, deve assumir um papel crítico. Segundo Dussel (2000, p. 546), toda vez que um sujeito tem um direito violado, o sistema de “coação” legal perde legitimidade. Logo, a reação a essa coação, que se transforma em ilegal, por violar direitos, torna-se legítima, pois eticamente crítica. Isso porque, a legitimidade deveria ser definida como a possibilidade de autoavaliação comunitária, partir da capacidade empírica da ordem da comunidade de “[...] a) reprodução e desenvolvimento da vida dos sujeitos [...] b) de participação intersubjetiva simétrica na tomada de decisões dos afetados (o formal), sendo tudo isso possibilitado por c) medições instrumentais eficazes [...]” (DUSSEL, 2000, p. 551). Isso faz transparecer a importância que o autor dá para eficiência de um princípio ético, e que se falhar, torna-se legítima a crítica e a mudança do sistema. Por isso que Dussel fixa, como princípio basilar, a libertação:

O “princípio-libertação” formula explicitamente o momento deontológico ou o dever ético-crítico da transformação como possibilidade da reprodução da vida da vítima e como desenvolvimento factível da vida humana em geral. Este princípio subsume todos os princípios anteriores. Trata-se do dever de intervir criativamente no progresso qualitativo da história. O princípio obriga a cumprir por dever o critério já definido; quer dizer, é obrigatório para todo ser humano – embora frequentemente só assumam esta responsabilidade os participantes da comunidade crítica das vítimas – transformar por desconstrução negativa e nova construção positiva as normas, ações, microestruturas, instituições ou sistemas de eticidade, que produzem a negatividade da vítima. (2000, p. 564).

Portanto, tendo como grande Norte a formulação de um princípio de liberdade, talvez, possa existir uma ética que não dependa de uma estrutura de coerção, pois busca exatamente o contrário, a libertação. Isso pode ser um antídoto a lógica de dominação e higiene social, que rege, e ainda rege, a contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XX serviu de uma época em que o ser humano conseguiu demonstrar a pior face de sua selvageria. Uma era da razão, e do método científico, trouxe para a

humanidade o holocausto e a bomba atômica. Mesmo que a história às vezes esqueça, ainda houve muitas outras guerras: Guerra da Coreia, Guerra do Vietnã, Guerra do Golfo, entre outras. Todas tiveram um genocídio vinculado, mas que foi apelidado de danos colaterais. A ética estava presente no século XX, mas deturpada, pelo anseio purificador da modernidade. Todas as guerras tinham um fundamento político legitimável: liberdade, democracia, qualquer outra palavra que se encaixa num discurso legitimador. Assim, a ética estava satisfeita. Porém, é perceptível que os discursos deturparam a ética, e a isso ela não serve. Muitas pessoas vivem em uma realidade marginal, excluídas dos processos decisórios e privadas dos deleites da modernidade. Isso acontece pelo preconceito e pelos mecanismos sutis de exclusão social.

A essa realidade que a ética precisa se voltar. O Estado falhou em sua promessa de proteger de seus súditos. Hoje, as instituições políticas servem à lógica do mercado, e a crise do COVID-19 escancarou esse fato. Por isso, então, a ética, ao invés de buscar o estabelecimento de regras rígidas e bem fixadas, precisa voltar-se a liberdade e reconhecimento. Regras sempre dependem de uma autoridade coatora, mas não é possível confiar esse poder, de estabelecer balizas éticas, aos detentores do comando, porquanto a tendência desses será reproduzir o poder, não libertar.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Sérgio Ricardo Fernandes de. Ética e moral no pensamento de Bauman. **Cadernos de Zygmunt Bauman**, v. 1, n. 2, p. 34-47. Jul/2011.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**. Traduzido por José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. Traduzido por João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Traduzido por Mauro Gama, Cláudia Martinelli Gama; revisão técnica Luís Carlos Fridman. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Traduzido por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a sociologia**. Traduzido por Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em Fragmentos: Sobre a ética pós-moderna**. Traduzido por Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Traduzido por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Traduzido por Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 2012a.

BAUMAN, Zygmunt. **Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012b.

BAUMAN, Zygmunt. **Bauman sobre Bauman, diálogos com Keith Tester**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012c.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Traduzido por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2012d.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas e histórias vividas**. Traduzido por José Gradel. Rio de Janeiro: Zahar, 2012e.

BAUMAN, Zygmunt. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Leonidas Donskis. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. 1. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Traduzido por Renato Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Estado de crise**. Traduzido por Renato Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016a.

BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CASADEI, Eliza Bachega. A história estilhaçada: tradições e usos do passado no diálogo entre Zygmunt Bauman e Hannah Arendt. In. **Cadernos de Zygmunt Bauman, v. 1, n. 1, p. 3-19**. Jan/2011.

DYMETMAN, Annie. Modernidade, intolerância e resistência. In. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, vol. 45/2003, p. 269–282. Out – Dez/2003.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. Traduzido por Maria Lucia Machado; As notas traduzidas por Heloísa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. Traduzido por Ephraim Ferreira Alvez, Jaime A. Clasem e, Lúcia M.E. Orth. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2000.

FERREIRA, Laura Senna. Sociologia crítica de Bauman e teoria da estruturação de Giddens: implicações para a compreensão da “modernidade líquida” e da “alta modernidade”. **Caderno de Zygmunt Bauman**, vol. 9, num. 18. 2019.

FREUD, Sigmund. **Obras completas volume 18. O Mal-Estar na Civilização, novas conferência introdutória à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. Traduzido por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTOS, Guilherme Ferreira. SILVA, Otávio Guimarães Tavares da. Conceito de “modernidade líquida”: revisão teórica e implicações para a prática de vida. In. **Cadernos de Zygmunt Bauman**, vo. 3, num. 5. 2012.

SILVA, Paulo Fernando da. **Conceito de ética na contemporaneidade segundo Bauman [recurso eletrônico]**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.